

P@X boletim online

MULHERES E VIOLÊNCIAS ARMADAS EM CENÁRIOS DE NÃO-GUERRA

SUMÁRIO:

Editorial 1
José Manuel Pureza

Teoria da P@X 2/7
Entrevista com Sarah Masters
"Um maior número de armas em circulação representa um perigo acrescido para as mulheres"
Rita Santos

Observatório das P@xes 8/9

Destaque P@x
"Rostos invisíveis da violência na Guiné-Bissau" 10
Sílvia Roque

Estudos da P@x
"Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não-guerra" 11/13
Tatiana Moura e Sílvia Roque

"Colômbia: paz e reconciliação sem as mulheres" 14/16
Ivan Ramirez e Grazielle Costa

No sótão do NEP 17/21
Publicações
Actividades
Projectos

P@X

Coordenação NEP/CES:
José Manuel Pureza e Maria Raquel Freire

Coordenação do Boletim P@X:
Rita Santos e Sofia Santos

Edição, tradução e revisão:
Rita Santos e Sofia Santos

Núcleo de Estudos para a Paz
Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Colégio S. Jerónimo, Apartado 3087
3001-401 Coimbra
Portugal
Tel: + 351 239 855593
Fax: + 351 239 855589
<http://www.ces.uc.pt/nucleos/nep>
nep@ces.uc.pt

Editorial

As mulheres são os rostos invisíveis da violência armada. A essencialização das diferenças de sexo na sua relação com a paz e as violências é uma estratégia de poder. Assumir que as mulheres são, por dom natural, mais pacíficas que os homens, é um puro estereótipo que se ajusta a uma construção da masculinidade e da feminilidade como códigos únicos, não heterogéneos, e que serve a modelização de comportamentos submissos ou agressivos, conforme os casos. Esse discurso essencialista faz equivaler o "ser pacífica" a "ser passiva" na aceitação do status quo. E, no entanto, a realidade, quer feminina quer masculina, é a de uma grande diversidade. Neste número do P@x exploramos alguns dos caminhos dessa diversidade de relacionamento entre as mulheres, a violência armada e a paz.

A experiência das mulheres guerrilheiras interpela de frente aquele estereótipo.

Nada está preparado para a singularidade dessa opção. Para muitas delas, trata-se de uma escolha de afirmação social, alternativa à ausência de reconhecimento e de autonomia a que estão votadas na "normalidade" patriarcal. De facto, o envolvimento activo na violência armada é frequentemente a via mais directa para, naqueles contextos, fazer valer a luta de mulheres pela sua emancipação. Via equívoca, certamente, ou não seja certo que a própria estrutura hierárquica das guerrilhas reproduz em grande medida as formas de dominação sexual comuns (eles combatentes, elas com um papel de apoio e "de retaguarda").

O outro lado desta relação – o das vítimas e das sobreviventes – é também ele refém de um senso comum redutor. Esse senso comum formata-nos para reconhecermos vítimas da guerra mas nunca vítimas da paz. O pensamento

binómico guerra/paz não consegue assumir que há um sistema de guerra na paz e que ele tem como nome próprio "patriarcado". E que, por ser assim, é numa lógica de continuum e não numa lógica de contraposição que temos que analisar as culturas de violência que atravessam tanto as guerras como as pazes.

Há já muito tempo (!), houve quem ousasse denunciar que "o pessoal é político". Essa ousadia carece de expressão no olhar criterioso sobre a paz. Para que se perceba que na despolitização da paz há um lugar muito especial para a desconsideração do pessoal como ingrediente da paz. Ou da guerra.

José Manuel Pureza

Teoria da P@X

Entrevista com Sarah Masters, realizada por Rita Santos

“Um maior número de armas em circulação representa um perigo acrescido para as mulheres”

A Rede de Mulheres da IANSA é uma das únicas redes internacionais dedicadas a questões sobre género e violência armada. Parte do seu trabalho tem sido trazer para o campo das armas ligeiras e sobretudo para a agenda do controlo de armas ligeiras as perspectivas das mulheres, sublinhando as ligações entre os movimentos de mulheres e o trabalho em prol da segurança humana. O P@x entrevistou Sarah Masters, coordenadora da Rede de Mulheres, sobre os impactos das armas de fogo na vida das mulheres, e sobre a mais recente campanha da organização “Desarmar a violência armada!”

RS- Sarah, qual é o papel da Rede de Mulheres da IANSA?

SM - O nosso principal objectivo é trazer as mulheres e o movimento feminista para a comunidade de controlo de armas e aproximar esta comunidade das mulheres. Nesse sentido, uma das coisas que fazemos é facilitar a participação de mulheres em encontros internacionais sobre armas ligeiras e vice-versa. Apesar de haver muito trabalho feito sobre violência contra as mulheres, na maioria das vezes a questão das armas de fogo é negligenciada, talvez por ser tida como um aspecto demasiado técnico e ser vista como um instrumento e não a causa fundamental da violência contra as mulheres.

RS - Qual a relação entre as ideologias de género e a posse/uso de armas ligeiras?

SM - As armas de fogo estão maioritariamente na posse dos homens e são muito mais usadas pelo sexo masculino quer em contextos de conflito quer em contextos de paz formal. Isto inclui o Estado, actores não-governamentais e estruturas, pessoas que têm armas por razões lúdicas e por razões de auto-defesa. A actividade criminal é também um factor importante, uma vez que frequentemente leva à violência e a uma maior procura de armas.

Podemos verificar, e a investigação que tem sido desenvolvida confirma isto, que os homens são os principais perpetradores de violência armada. Sabemos que isto inclui quer os envolvidos em estruturas estatais quer estruturas não-estatais e civis com um leque de razões que justificam essa necessidade de posse de arma. O facto de mais de 2/3 das armas ligeiras em circulação estarem em mãos civis dá alguns indicadores sobre o perigo potencial para as mulheres e para as comunidades onde estas vivem. Os perpetradores da violência incluem aqueles que deveriam assegurar protecção e segurança, como a polícia e as forças armadas ou grupos armados não-estatais, e também os colegas de trabalho, familiares, companheiros e cônjuges.

Teoria da P@X

Apesar disto, é importante sublinhar que apenas uma pequena minoria dos homens se envolve de facto na violência armada. Importa realçar, que muitos homens e rapazes estão envolvidos em campanhas anti-violência armada, fazendo pressão para a aprovação de melhores regulações internacionais de transferências de armas e melhor legislação sobre uso e porte de arma, bem como são parte de campanhas contra a violência contra as mulheres. Campanhas como a iniciativa do Laço Branco, iniciada no Canadá com o objectivo de desafiar a cumplicidade silenciosa dos homens face à violência contra as mulheres, são um exemplo disto.

A relação entre mulheres e armas de fogo é também complexa. Na verdade, as mulheres não são só mortas e feridas por armas de fogo, desempenhando outros papéis: as mulheres são igualmente perpetradoras de violência armada, embora constituam estatisticamente uma minoria; encorajam o uso de armas de fogo; e são activistas anti-violência.

RS - Quais são os elementos culturais que sustentam estes comportamentos de género?

SM - A percepção das armas de fogo enquanto instrumentos de protecção está presente em vários contextos sociais, não se confinando a situações de conflito armado. É preciso considerar as experiências e os sistemas de valores de homens, mulheres, rapazes e raparigas dentro das suas próprias comunidades para que se possam desenvolver estratégias bem sucedidas que ajudem a lidar com estas percepções e a desafiá-las.

Além disso, é preciso ter em atenção que muitos homens justificam o porte de armas com a ideia apreendida e construída de desempenharem o papel de “protectores” das mulheres; o argumento usado pelo *lobby* das armas é o de que eles precisam de armas para proteger as suas famílias de intrusos armados.

As atitudes das mulheres podem igualmente contribuir para a condicionante cultural que iguala a masculinidade à posse e ao uso de armas, vendo a sua utilização abusiva por parte dos homens como aceitável. Neste sentido, algumas vezes, as mulheres encorajam abertamente os seus homens a lutar e, de forma mais subtil, apoiam atitudes e estereótipos que promovem a cultura das armas. Mulheres e raparigas também participam activamente em muitos dos conflitos do mundo, quer de forma voluntária, quer como resultado de coerção, pressão económica ou porque foram raptadas e obrigadas a ingressarem. Para algumas mulheres e raparigas envolvidas em grupos armados, ter uma arma é um modo de se protegerem a si próprias e adquirir um estatuto melhor.

É importante notar que as mulheres, assim como os homens ex-combatentes e ex-membros de *gangs*, são as pessoas que mais podem contribuir para a mudança, ao desafiar as associações estabelecidas entre expressões violentas de masculinidade e a cultura de armas.

Teoria da P@x

RS - Consegue especificar os tipos de impactos da violência armada na vida das mulheres?

SM - Independentemente do contexto – conflito ou paz – ou da causa imediata da violência, a presença de armas tem invariavelmente o mesmo efeito: mais armas significa mais perigo para as mulheres. A violência contra as mulheres na família e na comunidade e a violência contra a mulher como resultado da repressão estatal ou conflito armado, fazem parte do mesmo *continuum*. As armas de fogo são máquinas mortíferas extremamente eficientes. É 12 vezes mais provável que uma pessoa morra com um tiro do que se for agredido por um qualquer outro método.

As armas ligeiras também matam à distância, o que torna mais difícil a intervenção por parte de alguém. As armas de pequeno porte, em particular, são extremamente leves e fáceis de esconder. Por exemplo, as armas de fogo podem ferir gravemente e deixar a vítima fortemente incapacitada, para não falar do trauma e das consequências relacionadas. Desde a América Latina e Caraíbas à África Sub-saariana e ao Sul e Sudeste Asiático, investigadores têm mostrado, que apenas uma pequena fracção dos recursos familiares são direccionados para o cuidado das vítimas de violência.

Além disso, uma arma, independentemente de ser legal ou ilegal, pode ser usada para matar, ameaçar ou intimidar o companheiro, em tempos de paz ou de guerra.

As armas também afectam a vida das mulheres quando não estão directamente na linha de fogo. Sabemos que em muitos países, as mulheres se tornam os principais ganha-pão e responsáveis pelo cuidado da família quando os homens são mortos, feridos ou incapacitados por meio de violência armada.

Paralelamente, a disseminação e o mau uso de armas ligeiras têm um impacto diversificado nas mulheres e nas sociedades em geral que vai desde a deslocação, erosão do desenvolvimento, do emprego, da democracia e dos direitos humanos à legitimação do recurso à força a todos os níveis.

RS - A Rede de Mulheres da IANSA lançou recentemente a campanha internacional "Desarmar a violência doméstica". Quais são os objectivos e as ambições desta campanha?

SM - O desarmamento de uma comunidade deve começar por ter em atenção um dos aspectos mais importantes da proliferação de armas ligeiras – a morte e os ferimentos causados por estas armas em casa. Por exemplo, em França e na África do Sul, uma em cada três mulheres mortas pelos seus maridos é alvejada; nos EUA este número sobe para duas em cada três mulheres. Até hoje, a maior parte das investigações desenvolvidas sobre os factores que aumentam o risco das mulheres serem mortas em casa têm sido

Teoria da P@x

levadas a cabo por países do Norte. Estes estudos concluem que o acesso a uma arma pode aumentar o risco de morte até cinco vezes. Uma investigação em particular, comparando as taxas de homicídio feminino com os níveis de posse de arma em 25 países com elevado rendimento, apurou que onde há mais armas de fogo, mais mulheres são mortas.

Apesar da ênfase colocada no cumprimento da lei sobre armas ligeiras ilegais e crime, as armas de fogo legais são as principais armas usadas nos homicídios domésticos em muitos países. Uma arma em casa é mais facilmente utilizada para intimidar ou ferir fisicamente familiares do que para contra-atacar um intruso. É também importante considerar o mau uso de armas pelo sector de segurança, nomeadamente polícias e soldados quando estão fora de serviço.

O fenómeno também afecta os contextos pós-conflito, onde as armas que circulam na comunidade, o stress pós-conflito, as perspectivas económicas limitadas e a redução da oferta de serviços básicos exacerbam, no seu conjunto, o problema da violência doméstica. Estou a pensar no caso da Colômbia, onde as armas das áreas “pós-conflito” acabam por alimentar o crime e a violência em Medellín.

Apesar disto, a maior parte dos países não menciona a violência doméstica nas suas leis sobre armas, nem menciona o problema das armas quando legisla sobre violência, apesar da combinação das duas ser extremamente

perigosa no espaço doméstico. Assim, um dos principais objectivos desta campanha é garantir que o acesso a armas de fogo ou a renovação da licença de porte de arma seja negado a qualquer pessoa com historial de violência doméstica. Outros objectivos prendem-se com o desenvolvimento de uma rede internacional de activistas pelos direitos das mulheres contra a violência doméstica armada; o apoio a organizações neste domínio no desenvolvimento de estratégias comuns, desenvolvimento de capacidades e promoção de solidariedade, incluindo a partilha de “boas práticas” no desenvolvimento de políticas, o envolvimento dos media nas suas actividades, a angariação de fundos; e, por fim, a promoção de lobby a nível internacional, de forma a garantir que os governos cumpram os seus compromissos internacionais para prevenir a violência contra as mulheres.

RS - Porquê o enfoque nas leis?

SM - Ao longo da última década, vários países reformularam os seus regimes jurídicos sobre armas de fogo e têm registado importantes avanços, especialmente no campo da protecção das mulheres. No Canadá, a notificação de companheiros(as) já está em vigor e todas as preocupações comunicadas são investigadas pela polícia. O governo deste país criou também o serviço de esclarecimento telefónico. Trata-se de um número gratuito para o qual os companheiros(as) podem ligar para

Teoria da P@x

expressar as suas preocupações sobre o candidato(a) ou relatar crimes que não figurem no registo criminal dos candidatos(as). Na Austrália e África do Sul, são apreendidas as armas de fogo a todas as pessoas sob medidas de coacção relacionadas com incidentes de violência armada. Deste modo, as leis sobre violência doméstica de cada país incluem referências à posse de armas de fogo e a legislação sobre armas de fogo inclui salvaguardas face à violência doméstica.

Adicionalmente, estas leis têm surtido efeitos positivos na redução de mortes provocadas por armas de fogo. No Canadá, a regulação sobre armas de fogo foi revista em 1995. Em 2003, a taxa de mortes causadas por armas de fogo tinha sido reduzida em 15% no geral e em 40% no caso das mulheres. Na Austrália, a legislação foi reformada em 1996. Cinco anos depois, a média de homicídios violentos perpetrados com recurso a armas de fogo havia decrescido em 45%. Igualmente, o efeito desta legislação foi mais pronunciado nas mulheres.

RS - Pode dar exemplos das organizações parte à Rede de Mulheres da IANSA com trabalho neste domínio?

SM - Os membros da Rede de Mulheres da IANSA estão activos em muitas áreas, desde acções de sensibilização pública, campanhas, desenvolvimento de políticas e investigação. Alguns estão envolvidos no desenvolvimento de legislação internacional sobre armas de fogo enquanto que outros trabalham para o

reforço das leis nacionais. Alguns têm relações particularmente boas com a polícia e o sistema judicial e usam esses contactos para sensibilizar consciências sobre a questão da violência armada contra as mulheres. Alguns dos que se encontram em cenários de conflito ou pós-conflito usam a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas no seu trabalho sobre o desarmamento. Outros estão envolvidos na campanha internacional sobre violência doméstica armada e dedicam-se a desafiar os estereótipos de feminilidade e masculinidade que apoiam e reforçam a violência armada.

Por exemplo, no Brasil, a Viva Rio, tem desenvolvido algum trabalho sobre atitudes, desafiando a ligação entre armas e masculinidade e fazendo uso do poder que as mulheres têm em muitas situações. A campanha do Viva Rio no Brasil “Ela ou eu!”, desenvolvida durante a campanha para o referendo sobre armas ligeiras, em 2003, tinha como alvo namorados e companheiros e fazia uso, como parte da sua estratégia, do facto de “arma” ser um substantivo feminino em português.

No Uruguai, existe uma campanha que tem como slogan “Se tens uma arma, tens um problema”, o que sublinha a ideia de que uma arma em casa é um perigo para todos os que aí vivem. Em muitas sociedades, as mulheres têm muito poder na esfera doméstica.

Teoria da P@x

Assim, há muitas campanhas que procuram apelar a essas mulheres com mensagens aliam as tarefas tradicionalmente desempenhadas pelas mulheres em casa com o alerta para com os perigos da presença de armas de fogo nesse espaço.

Mas existem outros exemplos. Depois da guerra civil, na Serra Leoa, as mulheres da Rede de Mulheres Pela Paz e Segurança reconheceram a necessidade da realização de eleições num clima sem armas, de forma a reduzir a intimidação que os votantes pudessem sentir perante a presença de armas e criar um processo mais democrático. A prevenção da violência armada foi um dos elementos da sua acção. Na preparação desta iniciativa, houve uma sensibilização das comunidades para com as iniciativas de desarmamento e organizaram-se, de seguida, programas de desarmamento comunitário.

Os membros da Rede de Mulheres da IANSA na Índia incluem as mulheres de Manipur. Manipur tem mais de 30 grupos armadas que lutam por território e poder, além da presença das forças armadas indianas. A Rede Manpuri de Mulheres Sobreviventes de Armas de Fogo foi criada em 2006 para dar aconselhamento, promover a solidariedade e o apoio junto das mulheres afectadas pela violência armada.

RS - Quais são, na sua opinião, os desafios de lidar com a questão da violência doméstica armada no futuro?

SM - A violência contra as mulheres está alicerçada num sistema de discriminação que

nega a igualdade das mulheres face aos homens. Estes sistema está presente em todos os contextos, com intensidades distintas, e é transversal a fronteiras geográficas, religiões, etnias, raça e classe. Porém, isto não acontece pelo facto de a violência contra as mulheres ser um fenómeno natural ou inevitável, mas porque tem sido ignorado e tolerado como parte de práticas culturais ou históricas durante muito tempo.

De facto, em alguns contextos, há uma visão amplamente apoiada que sugere que a violência contra as mulheres, inclusive o bater na mulher, é aceitável e, em alguns casos, justificável. Deste modo, a justificação desta violência está profundamente enraizada na noção de género tradicional que atribui papéis distintos a homens e mulheres. Decorre disto, o tratamento da violência interpessoal que tem lugar na esfera doméstica como um 'assunto privado', melhor atendido dentro de estruturas também elas privadas, como no seio familiar.

Observatório das P@xes

Recursos sobre Mulheres e violência armada

Comisión Interamericana de Derechos Humanos (2006), *Las mujeres frente a la violencia y la discriminación derivadas del conflicto armado en Colombia*, Washington D.C.: Secretaria General de la Organización de los Estados Americanos.

Corporación para la Vida Mujeres Que Crean; Ruta Pacífica de Mujeres (2007), *Entre Resistencias y Re-Insistencias, Informe sobre la Violación de los Derechos Humanos de las Mujeres en Medellín y Municipios del Área Metropolitana*, Medellín: Sistema de Información y Seguimiento a la Violación de los Derechos Humanos de las Mujeres, 2003, 2004, 2005 e 2007.

Human Rights Watch (2005), *Smoke and Mirrors: Colombia's demobilization of paramilitary groups. Report on the Situation of Human Rights in Colombia*, v.17, n. 3.

Hume, M. (2004), *Armed violence and poverty in El Salvador*, Centre for International Cooperation and Security, University of Bradford, available at http://www.bradford.ac.uk/acad/cics/publications/AVP//poverty/AVPI_El_Salvador.pdf

IUDOP, *Maras y pandillas en Centroamérica*, vol. I a IV. <http://www.uca.edu.sv/publica/iudop/pandillas.htm>

Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado (2006), *VI Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia 2002-2006: Informe de Seguimiento a las recomendaciones emitidas por la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre violencia contra la mujer, sus causas y consecuencias en su misión a Colombia*, Bogotá: Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado.

Moura, Tatiana (2007), *Rostos Invisíveis da Violência Armada. Um estudo de caso sobre o Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: 7Letras.

<http://www.ces.uc.pt/ogiva/media/imagens/Moura,%202007,%20Rostos%20Invisiveis%20da%20Violencia%20Armada.pdf>

Martel, Roxana (2006), *Las maras salvadoreñas: nuevas formas de espanto y control social*, ECA: Estudios Centroamericanos, N° 696, pp. 957-979.

http://www.uca.edu.sv/publica/ued/eca-proceso/ecas_anter/eca/2006/696/art2-eca-696.pdf

Soares, Barbara; Afonso, Carla; Moura, Tatiana (orgs.) (2009), *Auto de Resistência. Relatos de Familiares de Vítimas da Violência Armada*, Rio de Janeiro: 7Letras.

Fazedores de P@xes

Coalición Centroamericana para la Prevención de la Violencia Juvenil (El Salvador)

<http://www.ccpvj.org/>

Trata-se de uma iniciativa intersectorial e interdisciplinar, da qual fazem parte ONG centro-americanas, que tem como objetivos principais promover programas e políticas de prevenção de violência que afecta os jovens; coordenar os esforços de organismos governamentais e não-governamentais nesta área; impulsionar e desenvolver políticas públicas integrais e inclusivas de prevenção da violência juvenil; e promover o respeito pelos direitos humanos na região.

Crianças e jovens em Violência Armada Organizada (Brasil)

<http://www.coav.org.br>

O projecto COAV, estabelecido em 2003, tem como principais objectivos identificar a existência de crianças envolvidas em grupos armados em regiões que não estão em guerra, através da realização e divulgação de uma pesquisa internacional sobre o tema em onze países; dar a conhecer esta realidade a nível internacional e partilhar soluções sobre o problema.

Quetzalcoatl – Ideas y Acciones para la Paz (El Salvador)

<http://www.fundacionquetzalcoatl.org>

Organização não-governamental criada em 1999, enquanto projecto educativo na área da saúde dirigido à população prisional do país. Actualmente, a organização trabalha também com jovens em situações de risco elevado e de violência, organizando e dinamizando *workshops* sobre temas como construção da masculinidades; transformação de conflitos; sexualidade, entre outras.

Ruta Pacífica de Mujeres (Colômbia)

www.rutapacifica.org.co

Movimento feminista e pacifista que tem como missão fortalecer a visão feminista do pacifismo, não violência e resistências civis e promover a inclusão de propostas políticas e sociais das mulheres colombianas. Além de organizar protestos a nível nacional em repúdio das violências cometidas contra mulheres no país e de participar na rede mundial de Mulheres de Negro, a Ruta Pacífica publica periodicamente boletins, investigações e dossiers temáticos.

Rede de Mulheres da IANSA

www.iansa.org/women

A Rede de Mulheres da IANSA (International Action Network Against Small Arms), a primeira rede internacional dedicada as articulações entre género, armas ligeiras e violência armada, apoia organizações que trabalham sobre mulheres e prevenção da violência, visando combater a violência armada nas suas comunidades e apoiar a campanha global de redução da proliferação e uso indevido das armas ligeiras. Pretende associar organizações, fornecer informação e recursos, contribuir para a criação e consolidação de um movimento de mulheres activas na resistência à violência armada no mundo.

Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA) (Portugal)

www.ces.uc.pt/oqiva

O Observatório sobre Género e Violência Armada (OGiVA) visa desenvolver estudos, análises e recomendações práticas para políticas e programas sobre feminilidades, masculinidades e (in)segurança em contextos de violência armada, pretendendo, por um lado, consolidar este campo de análise ao nível nacional e, por outro, constituir uma plataforma de articulação de pesquisas e projectos de intervenção sobre este tema na Europa, países africanos de língua portuguesa e países da América Latina.

Small Arms Survey (Suíça)

www.smallarmssurvey.org

O *Small Arms Survey* é a principal fonte de informação pública sobre armas ligeiras. Através de publicações anuais, working papers e livros, monitoriza iniciativas nacionais e internacionais (governamentais e não-governamentais) e dissemina boas práticas neste domínio. Destacam-se também o portal de identificação de armas ligeiras, que contém informações sobre as armas de mão e armas ligeiras mais comuns, bem como dados sobre munições e a base de dados sobre a implementação internacional do Plano de Acção das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Erradicar o Comércio Ilícito de Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre e de todos os seus componentes.

Destaque P@X

Rostos invisíveis da violência na Guiné-Bissau

Pela sua aceitação e normalização social, a violência com base no género, nomeadamente a violência contra mulheres é um assunto pouco explorado na Guiné-Bissau. A ausência de dados e a escassez das denúncias não nos impede, porém, de lançar pistas de análise sobre a extensão da violência doméstica na sociedade guineense:

- Estima-se que 51,5% das mulheres consideram aceitável que o marido lhes bata por diferentes motivos (MICS, 2008)
- Estima-se que cerca de 50% mulheres e meninas são vítimas de mutilação genital (MICS, 2008)
- Sabemos por vários relatos que persiste ainda o casamento forçado de jovens com idades que chegam aos 12 anos,
- O contexto de degradação económica da última década tem levado também à alteração dos papéis sociais em contexto urbano. O facto das mulheres serem mais empreendedoras ao nível das actividades informais tem-lhes concedido maior poder (responsabilidade na gestão dos fundos, poupança, aposta na educação dos filhos/netos, base da organização familiar) mas também sugere que aumenta a violência doméstica como forma de compensação masculina.

A normalização e aceitação da violência conduzem também à sua invisibilidade ao nível das respostas de prevenção e combate. A legitimação por via de argumentos culturais e falta de políticas e instituições que possam prevenir, evitar, combater a violência com base nas relações de poder entre homens e mulheres dificulta a transformação desta realidade. O projecto Rostos Invisíveis pretendeu lançar algumas sementes de reflexão e resposta à violência através da capacitação de associações e grupos de jovens na Guiné-Bissau.

Dar rostos à violência

Durante os meses de Fevereiro e Março de 2009 decorreram, em Bissau, várias actividades levadas a cabo por associações juvenis guineenses para discutir temas como a violência doméstica, a violência entre namorados e o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Estas organizações juvenis foram seleccionadas

através de um concurso lançado no final de 2008 pelo IMVF e o NEP/CES, no âmbito do projecto “Rostos Invisíveis”, uma parceria entre as duas organizações, co-financiada pelo IPAD. Das 27 candidaturas recebidas foram seleccionados os cinco melhores projectos com actividades ligadas à prevenção das diversas formas de violência com base no género, com jovens dos bairros de Bissau.

As actividades consistiram em debates radiofónicos sobre o tema, a realização de teatro fórum e outras actividades culturais e lúdica nos bairros de Bissau, bem como a realização de um curso de formação sobre direitos das mulheres na Guiné-Bissau com jovens e agentes de resolução de conflitos nos bairros.

Nos dias 7 e 8 de Fevereiro decorreu um curso de formação com as associações participantes, orientado por Sílvia Roque e Graciete Brandão.

Organizações participantes

- Grupo Cultural Netos do Bandim: criado em 2000, é uma organização de crianças e jovens de carácter cultural, cujo principal objectivo é a promoção da criatividade e o intercâmbio entre os diferentes horizontes socioculturais do país e a comunicação através da arte e da cultura.

- Juventude da Associação de Mulheres do Bairro de Belém: fundada em 2002, com o objectivo de criar uma cultura de solidariedade, cooperação e associativismo entre as mulheres e jovens mulheres do bairro.

- Associação de Jovens contra a Sida e Delinquência Juvenil (AJ-LUCOSIDEJ): fundada em 2003 com o objectivo de luta contra a Sida e delinquência junto dos jovens da Guiné-Bissau.

- Daucam Productions: criada em 2005 para a promoção do desenvolvimento artístico, musical e literário, no país, como recursos culturais e como exercícios de cidadania.

- Clube Agenda XXI na Guiné-Bissau: criada em 2003 para promover o desenvolvimento sustentável, que alie o equilíbrio ecológico com justiça social, na Guiné-Bissau.

Sílvia Roque, NEP/CES

Estratégias de guerra contra mulheres em cenários de não-guerra

As estratégias de controlo e ameaça do inimigo e de produção do terror baseadas na construção de masculinidades dominantes e feminilidades e masculinidades subalternas têm sido amplamente analisadas em contextos de guerra. Os crimes sexuais sistemáticos, as deslocações forçadas ou a manipulação ou perversão das percepções dos papéis de homens e mulheres com fins bélicos são exemplos bastante conhecidos. No entanto, estas mesmas estratégias, a que chamamos estratégia de guerra, podem ser encontradas em contextos de “não guerra”. É necessário tê-las em consideração e analisá-las, para que se desenhem e implementem melhores políticas de prevenção e de resposta a este problema.

Novíssimas guerras, velhas estratégias

Ao utilizarmos a expressão “não guerra” pretendemos marcar a artificialidade da divisão entre a violência da paz e a violência da guerra. “Não guerra” refere-se a contextos onde grande parte dos actos violentos é levada a cabo por civis, gangs ou grupos armados, ou por forças do Estado contra um inimigo não reconhecido nem considerado legítimo. Estes espaços podem ser um país que vive em paz formal, uma cidade onde não existe uma guerra declarada mas onde o número de vítimas da violência armada supera, muitas vezes, as vítimas das guerras tradicionais.

Estes contextos, a que temos vindo a chamar *novíssimas guerras* (Moura, 2005), assumem uma expressividade incomum no contexto da América Latina. Em muitos destes países a paz formal e institucional não significou uma diminuição da violência, mas antes uma “democratização da violência” (Rodgers, 2003). O caso de El Salvador constitui um bom exemplo. Começaram a registar-se mais mortes no período de paz do que durante as tormentas da guerra. Como em outros países, após o final da guerra, assistiu-se a um aumento da violência social e da criminalidade armada.

Este tipo de violência, que emergiu nos anos 80 e 90, resultou de uma combinação de vários factores, e tem rostos paradoxais.

Trata-se da disseminação da violência armada a uma escala cada vez mais micro, tendo como espaços privilegiados as periferias dos grandes centros urbanos de países que vivem formalmente em paz. E apesar de se manifestarem a uma escala micro ou local, estas guerras são um fenómeno mundial, pela sua disseminação global e pela sua dependência e articulação com contextos que são considerados como sendo de guerra ou pós-guerra.

Podemos, portanto, considerá-las como explosões faseadas de várias décadas de violência estrutural e política e a consequente militarização, marginalização e exclusão social e, em alguns casos, de guerras prolongadas, que os tráficos internacionais de drogas e armas vêm acentuar e alimentar.

O sexo das violências: *continuuns*, espirais e identidades

Estas novíssimas guerras têm como principais actores (vítimas directas e agentes) jovens do sexo masculino, na sua maioria de classes sociais marginalizadas. De facto, ainda que mudem os conceitos e práticas da guerra, o seu carácter sexuado parece ser uma permanência: todas as guerras e conflitos armados assentam na construção de identidades, estruturas e mecanismos de poder e dominação que estão no centro do sistema patriarcal, a que algumas feministas chamam sistema de guerra (Reardon, 1985).

Para se perpetuar, este sistema necessita da construção de um determinado tipo de masculinidade (hegemónica, dominante e violenta). Por sua vez, esta masculinidade precisa de masculinidades e feminilidades silenciadas, invisibilizadas e, portanto, marginalizadas, que sejam a sua antítese, negação e contraponto.

A transversalidade da manipulação identitária em tempos de guerra e de paz que tem como objectivo legitimar determinados tipos de violência faz com que as estratégias em tempos de guerra e de paz se aproximem, muitas vezes, assemelhando-se ou divergindo, conforme a adaptação aos diferentes contextos. Nesse sentido, as estratégias de

Estudos sobre a P@X

Estudos sobre a P@X

violência (física, psicológica) de grupos armados (*maras* e *pandillas*, *facções*, *cartéis*) passam também, necessariamente, pelo controlo das masculinidades e feminilidades, de forma a atingir objectivos e contornos mais ou menos próximos dos exércitos ou facções em guerra.

A violência armada tem impactos específicos nas vidas de homens e mulheres, em tempo de guerra ou em contextos de paz violenta. Mas como o sexo feminino não tem sido considerado o principal “grupo de risco” (o que mais mata e o que mais morre), os mecanismos existentes têm sido insuficientes, tanto para a compreensão da complexidade do envolvimento das mulheres na violência armada, como para a análise da totalidade dos impactos desta violência nas suas vidas. Como consequência, as mulheres são consideradas como vítimas, os homens como agressores. Em tempos de guerra, as mulheres surgem como vítimas de violência armada e sexual; em tempos de paz, são exclusivamente vítimas de violência doméstica.

As consequências políticas desta abordagem passam por dirigir respostas aos homens centradas na esfera pública (políticas de segurança pública e de desarmamento) e às mulheres na esfera privada (relativas a violência doméstica), como se estes dois mundos não estivessem conectados. Além disso, os estudos sobre a violência armada tendem a ser associados às análises sobre marginalização, guetização étnica e pobreza/desigualdade social (Wacquant, 2008), e não necessariamente à produção da violência em espirais, que numa dada sociedade é transmitida pela construção de masculinidades e feminilidades, violentas ou não violentas. No entanto, defendemos que, mais do que uma concretização sectorial, os continuus de violências experimentados por mulheres e jovens do sexo feminino (e alguns elementos do sexo masculino) em contextos de paz e em contextos de guerra são uma síntese dos principais ingredientes sociais da violência e da sua base cultural.

Masculinidades e feminilidades invisibilizadas

As análises de Gary Barker (2005) revelam

que os requisitos das versões dominantes da masculinidade em contextos de desigualdade social e económica em todo o mundo se relacionam com a obtenção de bens, dinheiro, respeito e mulheres. No entanto, os meios que os seus protagonistas estão dispostos a usar (e os que estão disponíveis) marcam a fronteira entre a adopção de uma masculinidade violenta e outros tipos de masculinidades. Perante a associação entre masculinidade dominante e posse e uso de armas de fogo, alguns jovens, na tentativa de ocupar um lugar em sociedades fortemente hierarquizadas, recorrem à violência armada como forma de obter estatuto social, poder e demonstrar a sua hegemonia.

No entanto, pouco se tem debatido sobre a construção de feminilidade(s), em contextos de violência armada, em concreto violência armada urbana ou novíssimas guerras. Por um lado, sabemos que determinadas versões da masculinidade (dominante e violenta) dependem da construção da sua negação ou oposição – feminilidades vulneráveis e passivas. Mas, por outro, assistimos também a uma inflação ou padronização das expectativas de jovens do sexo feminino e mulheres, bem como as suas frustrações, nestes contextos.

Neste sentido torna-se urgente ir além da hipervisibilização da violência armada. Por um lado, há que considerar e analisar novíssimas feminilidades emergentes e latentes, e entender de que forma e através de que práticas se constroem. Ou seja, complexificar a análise simplista que a uma masculinidade dominante contrapõe uma feminilidade vulnerável, e entender de que tipo de relações resultam estas construções identitárias: se por oposição, imitação, rejeição, admiração, dependência, autonomia, subsidiariedade...

Por outro lado, é necessário desafiar o olhar estigmatizante sobre a periferia. No Rio de Janeiro, como em El Salvador, este olhar parece sugerir que a totalidade ou maioria dos jovens de comunidades pobres são violentos, potencialmente violentos ou que estão envolvidos em grupos armados, quando na realidade apenas uma pequena minoria (pouco

mais de 1% dos jovens) ingressam em actividades relacionadas com o tráfico de drogas ou assumem comportamentos violentos. As outras masculinidades, que não se revêem no modelo masculino de base violenta, e que são muitas vezes interrompidas precocemente, na espiral de violência armada que afecta em particular os jovens do sexo masculino de comunidades mais pobres (seja em resultado de acções da polícia, seja em troca de tiros entre grupos rivais), devem ser reconhecidas e incluídas nas políticas públicas e programas de prevenção e resposta a esta violência.

Finalmente, há que entender que o envolvimento de mulheres em grupos armados, tanto no caso do Rio de Janeiro como no caso de San Salvador, não constitui necessariamente uma ruptura com as feminilidades tradicionais. Embora exista um espaço de negociação identitária devido ao poder que lhes é atribuído pelas armas, verifica-se que, tal como no caso do ingresso das mulheres em contextos de guerra, as funções e os papéis que lhes são atribuídos têm como base a prova da sua capacidade em desempenhar papéis tradicionalmente associados a uma masculinidade hegemónica. Caso não aconteça, os seus papéis resumem-se às tarefas de apoio à manutenção de espaços de domínio masculino, quer no domínio privado (enquanto namoradas e esposas de membros do grupo armado), quer no âmbito das actividades a que se dedicam (transporte de armas e drogas, por exemplo).

Conclusão

Tanto em contextos de guerra, pós-guerra e de paz formal, a disseminação de armas de fogo contribui de forma significativa para a maior letalidade da violência mas também para a dissimulação dos impactos indirectos das armas. De um modo geral, a violência dirigida contra a população civil não é, ainda, uma medida de referência dos níveis de insegurança. Os dados privilegiados são os referentes a mortes em confronto. Assim, deixam-se de fora outras violências, mais micro, quotidianas, e mais silenciosas, que contribuem para a perpetuação e acumulação de espirais da violência armada, globalmente. Nestes casos incluem-se várias formas de controlo e violência sexual com impactos que

alastram nos domínios económico, psicossocial e político e que tornam a violência diária uma rotina sem escândalo.

Referências:

Barker, Gary (2005), *Dying to be Men. Youth, masculinity and social exclusion*, London/New York: Routledge.

Comisión de Derechos Humanos de El Salvador (CDHES) (2005), Informe 2005, draft.

Moura, Tatiana (2005), “Novíssimas guerras, novíssimas pazes. Desafios conceptuais e políticos”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, No. 71, June, 77-96.

Reardon, Betty (1985), *Sexism and the War System*, New York: Teachers College Press.

Rodgers, D. (2003), “Youth gangs in Colombia and Nicaragua: new forms of violence, new theoretical directions?”, in A. Rudqvist (ed.), *Breeding Inequality – Reaping Violence, Exploring Linkages and Causality in Colombia and Beyond*, Outlook on Development Series, Collegium for Development Studies, Uppsala, 111–141, in

<http://www.kus.uu.se/poverty&violence/PovertyViolence.pdf>

Tatiana Moura e Sílvia Roque, NEP/CES

Estudos sobre a P@X

Colômbia: paz e reconciliação sem as mulheres

A história do envolvimento de mulheres na violência armada na Colômbia tem sido escrita a muitas mãos, mãos de mulheres que empunharam armas, resistiram a elas ou sofreram os seus efeitos. Trata-se de histórias narradas por quem se recusou e continua a recusar seguir o papel social que os discursos dominantes da história política da Colômbia definem para si.

Ao longo dos anos 1970, 1980 e 1990, algumas mulheres uniram-se aos movimentos guerrilheiros por acreditarem que as transformações sociais profundas pelas quais lutavam também se dariam nas relações mais privadas e íntimas. No discurso revolucionário, as mulheres eram descritas como duplamente exploradas: no trabalho (à semelhança dos homens) e na família (pelos homens). O discurso revolucionário assumia que a libertação social e o acesso ao poder resolveriam as relações de subordinação e dominação na família e na sociedade, tidas como subsidiárias. Neste contexto, algumas mulheres perceberam a luta armada como um caminho para romper com os estereótipos de feminilidade, lutando pelas mudanças de valores e estrutura propostas pela revolução, pela construção de um sonho: um mundo diferente” (Velasco, 2005: 26). Mulheres como María Eugenia Vasquez narraram as suas experiências no grupo armado M-19. Para a autora, havia algo distinto em ser mulher e fazer parte da luta armada:

“Um dos fundamentos para a reconstrução da minha identidade foi o reconhecimento de minhas diferenças de género, das quais me dava conta em boa parte dos meus comportamentos tanto nas estruturas militares como nas relações afectivas”. (Vásquez, 2006: 356-357)

Neste contexto, também o acto de abandonar a luta armada representava uma oportunidade para repensar as possibilidades políticas de ser mulher no contexto colombiano. A renúncia à luta armada, enquanto processo simultaneamente político e emocional, convertia-se num factor que favorecia a

procura de uma identidade feminina e de uma diferenciação positiva. Em alguns casos, as reflexões dentro do grupo armado contribuíram para o desarmamento e para a militância em favor da paz, transcendendo os espaços mais privados. Entrevistas realizadas com mulheres que se desmobilizaram colectivamente na década de 1990 revelam a politização do processo desde o ingresso até o abandono:

“Todas as mulheres que entrevistámos eram conscientes politicamente, ainda que a maioria se tenha distanciado dos espaços formais de participação política. Mesmo assim, fazer parte da luta armada constituiu uma oportunidade de participação nos processos de transformação do país e isso conferiu um sentido particular à sua experiência: a possibilidade de ter uma participação activa em projectos colectivos investidos de um profundo sentido de melhoramento de uma sociedade” (Londoño; Nieto, 2006: 195).

Um processo distinto ocorre com a participação das mulheres nos programas de desmobilização individual, actualmente em curso. A primeira distinção refere-se ao tipo de desmobilização. No processo individual, a pessoa desmobilizada é isolada do contexto político colectivo do grupo, tendo que assumir de maneira individual as responsabilidades do processo. No processo individual, a desmobilizada apenas pode aderir ou não ao programa, aceitando as suas regras. Ou seja, a sua experiência pessoal não informa o processo. A sua subjectividade é absorvida pela objectividade unilateral do propositador do processo de desmobilização, no caso colombiano, o Estado.

Já no processo colectivo, embora não existam acções diferenciadas e específicas que atendam às particularidades de género, há um maior equilíbrio de forças dado pela negociação e responsabilização compartilhada com o grupo. A segunda diferença prende-se com as transformações na dinâmica do conflito

**Estudos sobre a
P@X**

Estudos sobre a P@X

que se tornou menos ideológico e mais centrado na estratégia militar. O terceiro e mais perverso aspecto resulta da contínua destruição pelo confronto armado das possibilidades económicas, sociais, culturais e políticas em parte do território colombiano. Na impossibilidade de desenvolver estratégias de sobrevivência independentes do confronto, muitas mulheres vêm-se obrigadas a procurar os grupos armados como refúgio ou instrumento de autodefesa.

“Há casos de mulheres que ingressam porque querem sobreviver, outras vão atrás de alguém, de um namorado de quem gostam. Esse não foi o meu caso. Há também quem procure a guerrilha porque não aguenta o que se passa na sua povoação. Foi o meu caso”(Carmen Lucía, 2007)

É notório, neste excerto, que a componente ideológica não é determinante para o envolvimento das mulheres na luta armada. A participação das mulheres nos grupos paramilitares confirma esta tendência. As jovens do sexo feminino, em particular, ingressam nos grupos por razões emocionais (paixão, estatuto) em detrimento das ideológicas. Em muitos casos, afirmam ter como objectivo a “equidade de género”, mas, na realidade, têm como horizonte equiparar-se aos papéis masculinos. Em outros casos, documentados por grupos de mulheres e de direitos humanos que actuam no país, as mulheres são usadas como arma de guerra ou como objecto sexual. A continuidade da violência leva à limitação das expectativas de sobrevivência (física, económica, comunitária). Neste contexto, mais do que um meio de transformação política, a guerrilha torna-se numa forma de fazer face a uma realidade insustentável,

“As razões invocadas para ingressar em grupos armados indiciam uma menor importância das motivações ideológicas e uma alta relevância de razões vinculadas à busca de condições mínimas de sobrevivência económica (...), a fuga de conflitos familiares e o ressentimento contra algum dos actores armados, (...)” (Londoño e Nieto V., 2006: 117).

A politização das experiências femininas neste contexto é possível, mas pouco provável. Abandonar os valores tradicionais associados ao feminino (como passividade e vulnerabilidade) por não se rever neles é diferente, a nosso ver, de tê-los expropriados por um contexto de violência continuada.

Desse modo, não são evidentes tentativas de elaboração da frustração das suas experiências nos grupos armados a partir de expectativas de reconstrução da feminilidade. Este processo de reflexão crítica torna-se ainda mais difícil quando os programas implementados a nível nacional e regional não reconhecem a especificidade das ex-combatentes. Estes programas têm distanciado as colombianas e os colombianos de uma proposta de paz mais crítica e inclusiva, que não reproduza a violência como meio inevitável para chegar à “paz”:

“Quando chegámos a Medellín, passámos a ser investigados pelo exército por sermos guerrilheiros (eu, meu marido e dois cunhados). Prenderam o meu marido e propuseram-nos que participássemos no programa de desmobilização. Pressionaram-nos para que dêssemos informações. Disseram que suspenderiam o processo de acusação e que nos dariam dinheiro. Por isso, decidimos participar. A escolha era entre ficar no programa ou ir para a prisão” (Carmen Lucía, 2007).

Estudos sobre a P@X

Neste contexto, em que o programa de Paz e Reconciliação se converte numa estratégia para obter informações sobre o “inimigo”, a “paz” serve os interesses da guerra. Não significa uma escolha pela não violência, pela convivência e pela reconciliação. Por isso, entendemos que na ausência de um processo independente, que inclua a consolidação positiva das diferenças de gênero, não é possível uma nova sociedade pacífica e reconciliada. Para alcançar esta sociedade é indispensável que as mulheres possam elaborar as suas experiências, propondo transformações não apenas nos campos da guerra e da política, mas em todos os âmbitos culturais.

Notas:

[1] Entrevista com Carmem Lucía (nome ficcional), antiga combatente das FARC, participante no programa Paz e Reconciliação, um programa de desmobilização (paramilitar) colectivo e individual, em curso na cidade de Medellín.

Referências:

Navia V., C. (2005), *Guerras y Paz en Colombia: las mujeres escriben*. Cali: Universidad del Valle.

Vásquez, M. E. (2006), *Escrito para no Morir: bitácora de una militancia*. Bogotá: Intermedio.

Londoño F., L. M.; Nieto V., Y. F. (2006), *Mujeres no contadas: procesos de desmovilización y retorno a la vida civil de mujeres excombatientes en Colombia, 1990-2003*. Medellín: La Carretera Editores.

Ivan Darío Ramirez and Grazielle Costa

Ivan Ramirez é coordenador do Observatório sobre Infância em Conflito Armado e Violência Armada Organizada, Corporación Paz y Democracia (Colômbia). Grazielle Costa tem doutoramento em Relações Internacionais e os seus interesses de investigação centram-se em questões de gênero, paz e segurança, com um enfoque especial no caso da Colômbia.

No sotão do NEP

PublicaçõesNEP

Freire, Maria Raquel; Ferreira-Pereira, Laura C. (2009), “International Relations in Portugal: The State of the Field and Beyond”, *Global Society*, Vol. 23, N.1, 79-96.

Freire, Maria Raquel; Mendes, Carmen (2009), “Realpolitik Dynamics and Image Construction in the Russia-China Relationship: Forging a Strategic Partnership?”, *Journal of Current Chinese Affairs*, N.2.

Freire, Maria Raquel (2009), “Ukraine’s Multi-Vectorial Foreign Policy: Looking West While not Overlooking its Eastern Neighbor”, *UNISCI Discussion Papers*, 20, 232-249.

Freire, Maria Raquel (2009), “A Rússia Pós-Soviética: Pragmatismo, Multi-Vectorialismo e Reafirmação”, *Zoom – Revista do Centro de Estudos do Curso de Relações Internacionais*, Vol. XIV, N.17, 25-33.

Freire, Maria Raquel (2009), “Ásia Central: O Regresso do ‘Eurasianismo’ às Políticas Russas”, *Revista Autor*, Vol. 9, N.3, March

Pureza, José Manuel (2009), “Património Comum da Humanidade”, in A. Gattinni e Pedro Hespanha (org.), *Dicionário da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.

Pureza, José Manuel (2009), “Democracia limitada y paz liberal: anotaciones sobre el ‘totus orbis’ en tiempo de globalización neoliberal”, in Alfonso Guerra e José Félix Tezanos (org.), *La calidad de la democracia. Las democracias del siglo XXI*, Madrid: Editorial Sistema, 431-438.

Roque, Sílvia (2009), “Peacebuilding in Guinea-Bissau: a critical approach”, NOREF Report, Maio.

Soares, Bárbara; **Moura, Tatiana; Afonso, Carla** (2009) (orgs.), *Auto de Resistência. Relatos de Familiares de Vítimas de violência armada*, Rio de Janeiro: 7 Letras.

Cardoso, Katia (2008), “A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana”, in Pedro Góis (org.), *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As múltiplas faces da imigração cabo-verdiana*, Lisboa: ACIDI, I.P., 193-206.

Nascimento, Daniela, Lopes, Paula, Freire, Maria Raquel (2008), “The securitization of environmental policies: grasping the nexus? The Darfur case”, *The Bologna Center Journal of International Affairs*, 93-106.

JULHO

José Manuel Pureza apresentou a comunicação “**Human Security: on the border between In and Out**“, painel *International Security: Key Concepts, Alternative Views*, ISA-ABRI Joint International Meeting: Diversity and Inequality in World Politics, Rio de Janeiro, 22-24 de Julho.

Maria Raquel Freire and **Paula Duarte Lopes** apresentaram a comunicação “**Peacekeeping operations: keeping whose peace?**“, painel *Foreign Policy Instruments: Sanctions, Peacekeeping and Neutrality*, ISA-ABRI Joint International Meeting: Diversity and Inequality in World Politics, Rio de Janeiro, 22-24 de julho.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Political Transitions in African Countries - From Socialism to Liberal Democracy**“, ISA-ABRI Joint International Meeting: Diversity and Inequality in World Politics, Rio de Janeiro, 22-24 de Julho.

Tatiana Moura apresentou a comunicação “**Invisibilities in war and peace**“, panel *Rethinking Gender, Peace and Conflict*, ISA-ABRI Joint International Meeting: Diversity and Inequality in World Politics, Rio de Janeiro, 22-24 de Julho.

Rita Santos apresentou a comunicação “**UNSCR 1325 in countries formally at peace**“, painel *Critically Examining UN Security Council Resolution 1325 on Women, Peace and Security*, ISA-ABRI Joint International Meeting: Diversity and Inequality in World Politics, Rio de Janeiro, 22-24 de Julho.

JUNHO

NEP/OGiVA (Observatório sobre Género e Violência Armada) apresentou, em ante-estreia, o documentário “**Luto como Mãe**“, de Luís Carlos Nascimento, Teatro da Cerca S. Bernardo, Coimbra, 29 de Junho.

Durante os meses de Junho e Julho, o **NEP/OGiVA** participou na campanha internacional da Rede de Mulheres da IANSA (Rede Internacional de Acção Sobre as Armas Ligeiras) “**Desarmar a violência doméstica!**“. Esta participação incluiu a recolha de informação sobre a realidade portuguesa, nomeadamente através da realização de entrevistas com especialistas em segurança pública, saúde e ONG especializadas no apoio a vítimas, bem como da aplicação de um questionário de percepções sobre armas de fogo e violência doméstica em centros de acolhimento, em parceria com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Foreign Policy in Transition: The Case of the Russian Federation**“, Summer Course Óbidos '09, *A Revolução Europeia 20 Anos Depois*, Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), Museu Municipal de Óbidos, 20 de Junho.

Jacqueline Adams apresentou a comunicação “**Art in the Struggle against Repressive Regimes**“, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2 de Junho.

MAIO

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Analysing Guinea-Bissau’s Political Transitions Since Independence**“, Department of Politics and International Studies, 2ª Conferência Annual de Doutorandos, Universidade de Cambridge, 28 de Maio.

ABRIL

Silvia Roque participou na mesa redonda “**A ligação entre Segurança e Desenvolvimento: Contributos para uma Estratégia Nacional**”, organizada pelo IEEI, com uma comunicação sobre a Guiné-Bissau, IDN, 30 de Abril.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**A União Europeia enquanto Actor Global: A Política de Vizinhança numa Perspectiva Multidimensional**”, Escola de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), Viseu, 27 de Abril.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Escola Inglesa: Uma ‘Via Média’?**”, Universidade Lusíada do Porto, 23 de Abril.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**A Evolução dos Direitos Humanos de 1948 aos nossos dias**”, Conferência “Direitos Adquiridos? Direitos Humanos em Portugal”, organizada pela European Law Students’ Association, Faculdade de Direito, Universidade do Porto, 21 de Abril.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Analysing the Struggle for Emancipation in Guinea-Bissau**”, Intrastate Conflict Program Fellows Seminar, Belfer Center for Science and International Affairs, John F. Kennedy School of Government, Universidade de Harvard, 10 de Abril.

Katia Cardoso e **Silvia Roque** organizaram uma reunião de consultores do projecto “**Trajectórias de disseminação e contenção da violência um estudo comparativo entre Bissau e Praia**”, Ana Leão, Lorenzo Bordonaro e Ulrich Schiefer, ISCTE, 8 de Abril.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “**Political Transitions in African Countries - The Case of Guinea-Bissau**”, 67ª Convenção Annual, Midwest Political Science Association (MPSA), Chicago, 2-5 de Abril.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**Contemporary Trends on Peace and Conflict**”, Curso sobre Direitos Humanos e Democracia, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 4 de Abril.

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “**The Dilemmas of Humanitarian Action**”, Curso sobre Direitos Humanos e Democracia, Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, 4 de Abril.

Sarah Masters, **Tatiana Moura** e **Rita Santos** apresentaram a comunicação “**Masculinidades e armas de fogo**”, Simpósio Internacional *Engaging men and boys for gender equality*, Instituto Promundo, Rio de Janeiro, 1 de Abril.

MARÇO

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**Assimetrias e Jogos de Poder na Ásia Central: (Des)construção de (In)seguranças?**”, Encontros da Arrábida 2009, *Portugal, a Europa e a Ásia no Século XXI*, IPRI e Fundação Oriente, 26 de Março.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “**A ‘Nova’ Rússia**”, Seminário “O Papel da União Europeia no Mundo e o Diálogo Intercultural”, Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI), com o apoio da Comissão Europeia e do Centro Jacques Delors, Faculdade de Economia, Coimbra, 18 de Março.

FEVEREIRO

Maria Raquel Freire e Paula Duarte Lopes coordenaram o Curso Avançado sobre *Global Terrorism*, Centro de Estudos Sociais, Coimbra, POTI, 27-28 Fevereiro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “*Cáucaso do Sul: Conflitos e (In)Segurança*”, Instituto de Altos Estudos Militares (IESM), Lisboa, 27 Fevereiro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “*Different Sides of Deterrence: Threat Perception and Image Building in Russia*”, 50ª Convenção Annual da International Studies Association (ISA), Nova Iorque, 15-18 Fevereiro.

Maria Raquel Freire apresentou a comunicação “*Russian Politics towards Central Asia: Supporting, Balancing, Coercing or Imposing?*”, 50ª Convenção Annual da International Studies Association (ISA), Nova Iorque, 15-18 Fevereiro.

Maria Raquel Freire and Paula Duarte Lopes apresentou a comunicação “*Peacekeeping Operations: Keeping Whose Peace?*”, 50ª Convenção Annual da International Studies Association (ISA), Nova Iorque, 15-18 Fevereiro.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “*Hegemonic Legacies in Post-Colonial Africa - The Case of Guinea-Bissau*”, 50ª Convenção Annual da International Studies Association (ISA), Nova Iorque, 15-18 Fevereiro.

Teresa Cravo apresentou a comunicação “*The Illusion of Change: Analyzing the Struggle for Emancipation in Postcolonial Africa*”, International Security Program Fellows Seminar, Belfer Center for Science and International Affairs, John F. Kennedy School of Government, Universidade de Harvard, 12 de Fevereiro.

Silvia Roque organizou a sessão de formação sobre “*Género e Violência*”, destinada a associações de jovens de Bissau, incluída no projecto “*Rostos Invisíveis*”, Bissau, 7-8 Fevereiro.

NEP/CES organizou o painel I “*Guerra e Paz: Violências, Memórias e Identidades Colectivas*”, X Congresso Luso-Afro de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 4-7 Fevereiro:

Bárbara Soares (CESeC): “*Posso me identificar? O discurso da violência e o papel social da vítima*”;
José Manuel Pureza: “*A turbulência das zonas de fronteira: estereótipos, representações e violências reais*”;

Katia Cardoso: “*As novas faces da violência em Cabo Verde*”;

Tatiana Moura e Sílvia Roque: “*Mulheres e violências armadas. Estratégias de guerra contra mulheres em contextos de não guerra. Os casos do Rio de Janeiro (Brasil) e San Salvador (El Salvador)*”

Daniela Nascimento apresentou a comunicação “*Cooperação Sul-Sul: A Presença Chinesa em África*” (em co-autoria com Carmen Amado Mendes), X Congresso Luso-Afro de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 5 Fevereiro.

Maria Raquel Freire, Paula Duarte Lopes and Daniela Nascimento apresentaram a comunicação “*A Securitização de Políticas Ambientais: (Des)construir o Nexus? O Caso do Darfur*”, X Congresso Luso-Afro de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 4-7 Fevereiro 2009.

PROJECTOS NEP

O **NEP/CES** é parte activa na Acção COST IS0805, “**New Challenges of Peacekeeping and the European Union’s Role in Multilateral Crisis Management**”. O principal objectivo desta é reunir investigadores e peritos europeus de modo a que possam partilhar conhecimento e experiências e contribuir para a elaboração de uma política comum da UE relativamente a Operações de Paz Multilaterais.

José Manuel Pureza, Rita Santos and **Silvia Roque** integram a equipa redactora da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, um processo coordenado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).

PROJECTOS NEP

O **NEP/CES** é parte activa na Acção COST IS0805, “**New Challenges of Peacekeeping and the European Union’s Role in Multilateral Crisis Management**”. O principal objectivo desta é reunir investigadores e peritos europeus de modo a que possam partilhar conhecimento e experiências e contribuir para a elaboração de uma política comum da UE relativamente a Operações de Paz Multilaterais.

José Manuel Pureza, Rita Santos and **Silvia Roque** integram a equipa redactora da **Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED)**, um processo coordenado pelo Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD).